

40º Encontro Anual da Anpocs
ST17 – Mídias, Políticas e Eleições

Visibilidade versus opacidade – análise das revistas impressas frente às políticas afirmativas

Ana Paula Evangelista Almeida - UFJF¹

Resumo: Este trabalho é uma síntese de minha dissertação cujo objetivo foi analisar as representações (segundo a teoria de Patrick Charaudeau, 2010; 2011) e percepções fornecidas pelas principais revistas Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital sobre as políticas afirmativas raciais (um total de trinta e nove matérias publicadas entre Abril de 2002 a abril de 2012). Após análise, foram realizadas dezesseis entrevistas semiestruturadas com leitores/assinantes frequentes destas revistas, o que permitiu avaliar também, o perfil desses leitores, cruzando dados com relação ao seu capital simbólico e um possível agendamento. Verifica-se que o fato de algumas questões serem “dialogizadas” e outras não por estas revistas, demonstram que essas questões são idealizadas estrategicamente e implicam na legitimação ou/e na universalização de representações particulares de interesse corporativo e político partidário, sendo boa parte das matérias enviesadas. Assim, interessa a mídia, inferir na construção da agenda política, e seus enquadramentos podem, em determinados contextos, constituir peça fundamental para moldar uma percepção negativa que os cidadãos têm da política, em geral, e das políticas públicas, mais especificamente.

IMPRESSA: VISIBILIDADE VERSUS OPACIDADE

Sabemos que uma das mudanças mais significativas da sociedade moderna, foram o desenvolvimento e a propagação dos meios de comunicação e o surgimento da mídia. Dessa forma, essa mudança transformou a natureza da visibilidade midiática em relação ao poder, uma vez que, historicamente a visibilidade só existia de forma limitada, dependente do contato face a face. Nesses aspectos, o papel dos meios de comunicação no século passado inova os estudos das ciências sociais. Uma série de autores, sociólogos, antropólogos, psicólogos e mesmos grandes filósofos começam a estudar a influência de veículos tais como o rádio, cinema e mesmo a televisão na vida do cidadão comum. Mais do que os filmes, as notícias, as telenovelas, o interesse vem também pelo papel da publicidade.

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

1.1 COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: VISIBILIDADE VERSUS OPACIDADE:

É importante destacar que a esfera de visibilidade pública refletida através dos meios de comunicação pode ser editada, estruturada e apreciada de maneira não uniforme, organizada a partir de filtros e lógicas individuais ou vinculada a grupos ou instâncias de referência², a depender de seus interesses, da sua competência ou capacidade e nível de absorção. Notamos que a visibilidade da mídia contemporânea, possibilita descrever os fenômenos sociais, valendo-se do maior número possível de informações. A produção de notícias fabricam narrativas, sempre com o objetivo de sedimentar os argumentos gerados pelos meios de comunicação, além de informar suficientemente o leitor³. É nesses aspectos que Wilson Gomes (2005, p. 145), argumenta que os materiais de tipo informativo que compõem a esfera de visibilidade pública não se distribuem de forma homogênea, mas são sempre estruturados de um ponto de vista cognitivo em alguns estratos, cujos extremos, se colocados num *continuum* imaginário podem ser caracterizados como *fundo* e como *tema*.

Diante desses pontos, procuraremos construir esse trabalho; a) tratar da visibilidade existente entre o campo comunicacional e político, uma vez que essa relação permanece, até os dias atuais, muito forte no Brasil, b) analisar as trocas de razões públicas, ou seja, as reportagens da mídia impressa e os argumentos intelectuais e científicos, c) visualizar a opinião dos leitores assíduos e assinantes das revistas. Dessa forma, trazer as questões relacionadas aos negócios de Estado para expor ao olhar público é algo dotado de enorme potencial democrático, e foi com esse argumento que afirmamos no início desse capítulo, serem os meios de comunicação um dos alicerces da democracia.

Há algumas características do veículo revista, exatamente no sentido de “chamar a atenção do leitor” e convencê-lo da veracidade de suas informações. As duas maiores características desse veículo é a variedade – muitos assuntos para fisgar o leitor e passar a sensação de janela do mundo; e a especialização – centrada num determinado universo de

² Nesse estudo fica evidente a relação entre visibilidade midiática, política e instâncias de referências. Ao trabalharmos com o conceito de agendamento midiático, estaremos tratando de dois públicos seletos: a classe média tradicional e a nova classe média brasileira.

³ A análise das reportagens da mídia impressa sobre a implantação do sistema de Cotas aponta para um discurso sempre contrário a essa política pública, já que visa cada vez mais convencer o leitor da ausência de validade da mesma.

expectativas, visto que conhece seu leitor; geralmente assuntos que envolvem seletores, tais como julgamentos morais, novidades, quantidade, entre outros.

Dessa forma, segundo Alexander Goulart (2006) sempre tendo em mente quem é seu público, a revista procura um produto de olho nos nichos de mercado; é assim que geralmente seus textos são fabricados para se assemelhar com os valores de seu público. Quanto ao uso de imagens – o leitor é seduzido com apelo visual, com o bom fotojornalismo. Assim, o texto e imagem, traduzidos em matéria bem escrita e apresentação visual eficiente são as bases da revista.

Portanto, tentar delimitar as formas de agendamento das matérias referente às políticas afirmativas nas universidades públicas brasileira, permite traçar mecanismos de agendamento, uma vez que a mídia produz formas de perceber e pensar a sociedade e suas esferas sociais, através dos quadros de percepção, além de agendar temas específicos.

2 MÍDIA IMPRESSA E POLÍTICAS AFIRMATIVAS: REVISÃO TEÓRICA E EMPÍRICA

Nos últimos anos, a implementação das políticas afirmativas pelo governo brasileiro demandou uma série de mudanças nas esferas políticas e sociais do país, e os critérios de organização e implantação dessa política pública gerou conflitos ideológicos e jurídicos envolvendo o meio acadêmico, governantes e cidadãos. Mais do que isso, despertou uma série de publicações de notícias nos meios de comunicação brasileiros acerca desse assunto, principalmente na mídia impressa, a qual vem atingindo há anos um público leitor mais elitizado, justamente o mais atingido com essas alterações.

A reserva de vagas no vestibular, especialmente para negros, provocou transformações no âmbito universitário, dando início a estudos e pesquisas sobre o tema, inclusive no que envolvia as publicações noticiosas dos meios de comunicação acerca desse assunto. Autores como Rousiley Maia (2009), do departamento de Comunicação da Universidade de Minas Gerais, João Feres Júnior (2011) do Instituto Estadual de Sociologia e Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, coordenam grupos de estudo e pesquisa sobre os meios de comunicação e seus enquadramentos. Nesse

contexto, deram especial atenção ao tema das políticas afirmativas, desenvolvendo análises das matérias publicadas.

Nas publicações de João Feres Júnior (2008, 2010 e 2011), especialmente no texto “*Ação afirmativa: política pública e opinião*” são analisadas os ‘discursos’ que envolvem a temática das políticas afirmativas, veiculados ao público, especialmente pelos intelectuais universitários, através da mídia impressa, e que são em sua maioria contrárias a essa política educacional. Através da sua análise, afirma que a maioria das preocupações em relação às ações afirmativas no ensino superior se baseia numa visão falsa da realidade das mesmas, baseada mais em julgamentos do que estudos empíricos, que na verdade não condiz com a diversidade de programas em vigor no país.

No artigo de Juliana Botelho, Rousiley Maia e Pedro Mudim⁴ sobre o debate em torno das cotas na mídia brasileira, especialmente o enquadramento feitos pelos jornais impressos do país entorno dessa política (*Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de Minas*) foram feitos uma série de apontamentos; o primeiro deles é o destaque que essa mídia dá para a participação nas notícias dos cidadãos ordinários, ao invés daqueles que tem acesso privilegiado à mesma; o governo federal (incluindo-se aí as subcategorias do Executivo, Legislativo e Judiciário) e os especialistas. Ao contrário do que constatamos em nosso material de análise, em que se priorizam mais especialistas e membros do governo federal, do que os cidadãos ordinários. Contudo, a revista *Veja*, recorre também a esses cidadãos em algumas matérias, sem deixar de lado as falas e citações de estudos e obras de especialistas. Um segundo dado é constatado nas análises dos autores; é o predomínio de um discurso contrário às políticas afirmativas concentrado nos espaços de “Carta aos leitores” e “Editoriais”, enquanto há um predomínio do discurso a favor das políticas afirmativas nas “reportagens”, “notícias” e “entrevistas”.

Por fim, toda essa revisão de literatura somada aos dados de nossa pesquisa aponta a existência de disputas acerca da aprovação e desaprovação das políticas afirmativas, sobretudo no espaço midiático. Observamos que as mesmas tem sido travadas por àquela parcela da população que é justamente a mais refratária à sua

⁴ BOTELHO, Juliana Santos; MAIA, Rousiley C. M.; MUNDIM, Pedro Santos. **O debate em torno das cotas nas universidades públicas brasileiras de 2001 a 2009: uma análise preliminar**. *Compólitica*, v. 1, p. 8-34, 2011.

implementação; políticos opositores do atual governo, professores universitários, e a própria classe média.

4 ANÁLISE DISCURSIVA DAS NOTÍCIAS SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS REVISTAS IMPRESSAS – BASE TEÓRICA E METODOLÓGICA.

Para melhor sedimentar o corpo de análise empírica dos dados coletados, utilizamos algumas técnicas apresentadas por Patrick Charaudeau (2010) em sua obra “*Discursos das Mídias*”. Ambos os autores, retomam os estudos clássicos de Foucault sobre discurso e poder, e possibilitam uma melhor visibilidade sobre as linguagens dos meios de comunicação no mundo atual. Como livros de apoio, tanto teórico como metodológico, utilizamos “*Análise de discurso crítica*” de Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho (2011) e “*Pesquisa de Mídia*” de Susanna Hornig Priest (2011), que seguem a mesma linha de estudos dos autores citados anteriormente.

Contudo, sabemos que a existência de textos com a prática da intertextualidade tem maior efeito de agendamento no leitor e atingem um número maior de leitores, por serem textos de melhor compreensão, principalmente aqueles com o formato descritivo, que escondem as estratégias persuasivas, do que textos “pessoais” (posicionamento de um jornalista, no sentido de construção de um texto no formato de um editorial) ou de “especialistas” (professores universitários) como faz a *Carta Capital* e a *Revista Época* (texto de Fernando Abrucio, professor formado na Universidade de São Paulo).

O acontecimento é selecionado em função de seu potencial de saliência que reside ora no notável, no inesperado, ora na desordem (...). As mídias procedem a uma racionalização, de tal maneira que o público se habitua a recordar o mundo social como as mídias o fazem. (PRIEST, 2011, p. 46)

A estrutura das palavras que compõem o texto é primordial no sentido de persuasão de seu público, se estamos tratando de um público mais velho, que possui um capital social e simbólico (Bourdieu, 1999) sedimentados em um contexto espacial e temporal diferente, com certeza efeitos de morais e de crenças estarão mais presentes do que dados empíricos ou estatísticos. É o que presenciamos principalmente nas revistas

Veja e em algumas matérias da revista *Época*, o que qualificamos como efeito de dramatização ou boato (Patrick Charaudeau, 2010), onde utilizam de termos tais como “segregação racial”, “discriminação racial”, “apartheid”, “ódio racial”, “intolerância racial”, “nazismo”, entre outros, ao se referirem ao sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, geralmente textos que ocupavam mais de três páginas das revistas. Vale ressaltar que ambas as revistas publicaram edições especiais sobre as políticas afirmativas, inclusive sendo tema de capa de ambas as revistas:

Figura 1 – Capas da Revista *Veja* e *Época* e *IstoÉ* sobre as políticas afirmativas



Fonte: www.google.com

Enquanto que houve matérias da Revista Carta Capital que possuíam somente relatos estatísticos sobre as políticas de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras, ou sobre o perfil desses alunos, as maiorias das matérias possuíam **efeitos perversos de dramatização positiva**⁵, recorrendo a contextos históricos e casos recorrentes de preconceito em nossa sociedade brasileira para convencer o leitor da importância dessas políticas.

A direção da faculdade revela agora a sua mentalidade senhorial, preconceituosa e contra as políticas de inclusão social. Esse mérito tem o professor Natalino. O lixo saiu debaixo do tapete. Não dá mais para esconder. *Carta Capital*. **O professor e a Casa Grande**. 5 de maio de 2008.

Enquanto interessava às elites brasileiras que a negrada se esfolasse nos canaviais e, tempos depois, fosse relegada ao elevador de serviço, o

⁵ Trataremos sobre o significado dos efeitos no próximo capítulo.

conceito de raça era, por assim dizer, claríssimo no Brasil. Tudo que era ruim, cafona, sujo ou desbocado era “coisa de preto”. (...) Pois bem, bastou o governo Lula arriscar-se numa política de ações afirmativas para a high society tupiniquim berrar para o mundo que no Brasil não há racismo, a escrever que não somos racistas. Pior: a dizer que no Brasil, na verdade, não há negros. *Carta Capital*. **Somos Racistas**. 13 de agosto de 2010.

O temor da criação de tribunais raciais travestidos de comissões de verificação também se mostra exagerado. A Universidade de Brasília (UnB) é questionada no Supremo por ter instituído uma comissão. Mas, além dela, apenas outras três instituições criaram comitês para verificar a veracidade das informações prestadas pelos candidatos. Cerca de 85% das universidades com cotas raciais adotaram a autodeclaração como critério único para definir quem se qualifica ou não. *Carta Capital*. **Inclusão desmitificada**. 25 de setembro de 2010.

Na verdade, quando tratamos da intertextualidade, percebemos que não só há a presença do discurso direto recorrentemente nas revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, mas um número significativo de citações indiretas, o que chamamos em nossa classificação de discurso referenciado, sem falas e depoimentos ou opiniões externas, apenas “argumentos” retirados de livros ou de outros textos midiáticos.

Descobre-se em *Uma Gota de Sangue* que as atuais políticas de cotas derivam dos mesmos pressupostos clássicos sobre raça que embasaram, num passado não tão distante, a segregação oficial de negros e outros grupos. A diferença é que, agora, esse velho pensamento assume o nome de multiculturalismo – a ideia de que uma nação é uma colcha de retalhos de etnias que formam um conjunto, mas não se misturam. É o racismo com nova pele. *Veja*. **Queremos dividir o Brasil**. 02 de setembro de 2009

Em três décadas de ações afirmativas, os indicadores sociais dos negros americanos melhoraram pouco. A taxa de mortalidade das crianças negras aumentou, a expectativa de vida dos homens negros diminuiu e o desemprego continua duas vezes maior que entre os brancos. A seu favor, o número de negros juizes, advogados, físicos e engenheiros triplicou. “As cotas garantem acesso somente a grupos que já estavam longe da miséria”, diz o economista americano Thomas Sowell. Ele é negro, nascido no Harlem, tradicional bairro de afrodescendentes em Nova York. No livro *Ação Afirmativa ao Redor do Mundo* (UniverCidade Editora), Sowell diz que, “para garantir a melhora social, é infinitamente melhor providenciar um ensino básico sólido para todos”. *Época*. **Discriminação não é solução**. 20 de fevereiro de 2009.

Para a procuradora Roberta Kaufmann, do Ministério Público do Distrito Federal e autora de uma tese de mestrado sobre ações afirmativas, o projeto é inconstitucional e traz resultados meramente simbólicos. "É uma política conveniente para o governo, que passa a imagem de estar fazendo alguma coisa, mas não ataca a raiz do problema, que é o ensino público de má qualidade", critica. De fato, a proposta tenta consertar no fim o que está errado na origem. *IstoÉ. Cerco à classe média*. 26 de Outubro de 2008.

Já na revista *Carta Capital*, notamos que há inúmeras “representações oriundas de outras vozes referidas sem serem relatadas”, neste caso, são respostas a algumas afirmações midiáticas veiculadas em outras matérias de outras revistas, como a própria *Veja*.

De fato, é possível apontar uma série de problemas no sistema de cotas, como em vários sistemas que envolvam subjetividade e leis. O que preocupa, a esta altura do campeonato, não é a desconfiança sobre uma medida considerada paliativa. É o conforto com a ausência de propostas melhores. *Carta Capital. Reações a cotas subestimam o racismo*. 27 de abril de 2012.

Aparece assim, um jogo do dito, não dito, do ataque e contra-ataque criando-se tensões ideológicas e hegemônicas, principalmente entre essas duas revistas impressas. Sabemos que o diretor chefe da *Carta Capital*, Mino Carta, foi o primeiro diretor da redação da Revista *Veja* (permaneceu por lá até final da década de setenta), mas por questões políticas (envolvendo a ditadura militar que acontecia nesse período no Brasil) e ideológicas, acabou pedindo demissão.⁶ Além disso, foi um dos colaboradores na criação da Revista *IstoÉ*. Desse modo, entendemos que o fato de algumas questões serem “dialogizadas” e outras não, dentro do discurso das mídias, demonstram que essas questões são ideologizadas e implicam na legitimação ou/e na universalização de representações particulares (Resende & Ramalho, 2011, p. 69).

Constatamos ainda que nesses locais de repetitividade, seja do discurso ou dos atores públicos; especialista, testemunhas, acusados (governo federal, por exemplo) e de uma quantidade significativa de argumentos contrários às políticas de cotas, presente principalmente na revista *Veja e Época* e na maioria das demais, **há uma forte ausência da chamada interdiscursividade**, ou seja, há uma insuficiência de articulação dos

⁶ Para mais informações sobre o pedido de demissão de Mino Carta da revista *Veja* ver a matéria publicada pelo mesmo; “*Calúnias, má memória e escola ruim*”. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/calunias-ma-memoria-e-escola-ruim/>.

diferentes discursos (tanto pró como contra as políticas de cotas raciais), o mesmo que chamamos em nossa análise de inexistência de uma argumentação em forma de gangorra (Patrick Charaudeau, 2010).

Percebemos em nossa análise um número significativo de metáforas, no que diz respeito às políticas afirmativas implantadas nos Estados Unidos e em países como Índia e África do Sul, e metáforas referentes a questões que envolviam o mérito acadêmico. Colocamos aqui a ideia de que nesses meios midiáticos, principalmente nas reportagens das revistas *Veja e IstoÉ*, é preciso comparar para generalizar, seja no sentido positivo das políticas afirmativas, ou no sentido negativo das mesmas.

Ambas as políticas colocam em pauta as noções contemporâneas de identidade, ou da existência de múltiplas identidades na esfera pública, à questão posta, sociológica e midiaticamente é como atender as demandas dessas inúmeras identidades, especificamente, como atender determinadas “etnias” em detrimento de outras? É nesse cenário dicotômico politicamente, e construído cada vez mais individualmente pelas identidades fragmentadas que fomos levados a articular algumas perguntas sobre o posicionamento dos atores sociais (leitores dessas revistas), perante as políticas afirmativas.

5- EFEITOS DOS DISCURSOS DAS REVISTAS IMPRESSAS: PATRICK CHARAUDEAU

Como vimos anteriormente, a fim de possibilitar uma análise de discurso mais próxima do nosso trabalho, buscamos adequar às propostas categóricas do livro “Discurso das Mídias” de Patrick Charaudeau (2011), por meio da seleção dos “efeitos discursivos” presentes no espaço jornalístico dessas revistas, ou seja, nas reportagens analisadas. Criamos um roteiro que direcionassem a coleta de dados básicos, a seleção de frases, e a presença dos efeitos e por fim a visibilidade e opacidade dessa matéria quanto ao tema das políticas afirmativas, o que qualificamos como efeitos perversos de dramatização abusiva, e simulacro da democracia.

Assim, o modo argumentativo somado ao modelo descritivo e narrativo – cujo objetivo é expor e provar casualidades numa visada racionalizante para influenciar o

interlocutor, foi o arquétipo mais identificado nas revistas *Veja*, *Época*, e *IstoÉ e Carta Capital*. Claro que, em alguns momentos esse modo argumentativo apoiou-se em opiniões do próprio redator do texto e apelou para enunciados dramatizantes, capazes de atingir o imaginário do leitor. A exceção das entrevistas, ele modelo foi usado de maneira uniforme entre essas revistas, a fim de produzir efeito de saber e de confiança, que segundo o autor, primeiro precisa ser descrito, uma vez que “o descritivo faz-nos descobrir um mundo que se presume existir com um estar-aí que se apresenta como tal, de maneira imutável”. Logo, o jornalista fabrica uma imagem de descritor sábio (homem de ciência, perito, técnico) que conheceria o mundo até os seus mínimos detalhes, ou ele traria a realidade desse mundo através de seu discurso, apoiando-se em uma série de especialistas (no caso professores, pesquisadores do âmbito educacional).

É justamente, o tipo de ator público que predomina nessas reportagens; a fala, o livro, o estudo, a pesquisa, do especialista. Abaixo pontuamos alguns trechos das revistas que recorrem justamente a esse modelo de interlocução com o público, efeitos de saber e de confiança, frases que são construídas, através da crença moral, principalmente do outro, a fim de tornar verossímil o texto:

“Como é de praxe **quando se contraria uma decisão oficial do governo, a retaliação é automática**. Diz Leão Alves, do movimento Nação Mestiça: “Não apoiar as cotas, como é o meu caso, significa abrir mão de financiamentos e cargos públicos”. Revista *Veja*⁷, 4 de março de 2009.

“Mas **a implantação das cotas é uma intervenção desajeitada num assunto delicado**. O Brasil não conhece as formas mais radicais e violentas de racismo. Somos essencialmente um país de mestiços, fruto da combinação entre europeus, índios e negros. De acordo com o IBGE, 49,7% dos brasileiros se declaram brancos, 42,6% se consideram pardos, mestiços, e 6,9% se dizem negros.” Revista *Época*⁸, 6 de abril de 2009

“O governo quer **desunir o que está unido e importa um problema que não é nosso, que é o problema da segregação racial**.” Roberta está convicta de que esse caminho só contribui para aprofundar o problema de consciência de raça, baixar a auto-estima dos estudantes

⁷ Edição 2102, Uma segunda Opinião. 4 de março de 2009. Disponível em http://veja.abril.com.br/040309/p_066.shtml

⁸ N° 568. Cotas pra quê. Disponível: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI67068-15228,00-COTAS+PARA+QUE.html>

negros e retirar o estímulo do princípio do mérito nos vestibulares. *Revista IstoÉ*,⁹ Cotas geram ódio racial 28 de maio de 2008.

“Pois bem, bastou o governo Lula arriscar-se numa política de ações afirmativas para a *high society* tupiniquim berrar para o mundo que **no Brasil não há racismo, a escrever que não somos racistas**. Pior: a dizer que no Brasil, na verdade, não há negros.” *Revista Carta Capital*¹⁰ Somos racistas 13 de agosto de 2010.

O jornalista parte do princípio de que o consumidor de informação tem uma relação afetiva com esses tipos de acontecimento, esperando que o jornalista lhe dê razões para gostar ou detestar. A fim de facilitar o acesso aos seus argumentos e convencer o leitor da sua veracidade o redator utiliza-se da **interdiscursividade**, ou seja, da inserção de fragmentos de discursos uns nos outros. Segundo Patrick Charaudeau (2011, p. 164), citar é fazer saber alguma coisa ao outro, revelar-lhe o que foi dito e que ele ignora, é dizer: “Eu faço saber a você o que você não sabe”. Dessa forma o autor qualifica as citações diretas e indiretas de **efeito de incorporação do enunciado** pelo veículo comunicacional em que um dito foi apropriado.

Logo, os textos argumentativos caracterizam-se por apresentar uma relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo. A proposta presente diz respeito a aprovar ou desaprovar essa política educacional. Nesse sentido, novos efeitos surgem no decorrer do texto a fim de captar a atenção do leitor. Dentre eles podemos citar os **efeitos interpretativos**: são produzidos principalmente pelas manchetes de alguns jornais, através da maneira que usam para comentar a realidade ou o tema atual, ao invés de inclinarem para saberes de conhecimento, põe em cena saberes de crença que apelam para a reação avaliativa do leitor. “*Somos racistas*”, enunciado de uma das matérias da *Carta Capital*, “*As armadilhas do racismo*”, título de uma das reportagens da *Época*, “*Inquisição Racial*”, da revista *Veja* e “*Cerco à classe média*” notícia publicada pela *IstoÉ*.

Diferente do valor de verdade que se baseia na evidência, o **efeito de verdade** baseia-se na convicção, e participa de um movimento que se prende a um saber de opinião. Na realidade todas as revistas pretenderam com suas reportagens introduzir

⁹ Edição 2012. Cotas geram ódio racial. Disponível em:
http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/4265_COTAS+GERAM+ODIO+RACIAL+

¹⁰ <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/somos-racistas/>

“efeitos de verdade”, por isso apontamos em nossa pesquisa a presença de efeitos de verdade em todas as reportagens analisadas.

Outra estratégia empregada pela mídia é a definição dos atores; quem faz o que sobre quem ou sobre o que, é o que Charaudeau (2011) nomeou de **efeito de actancialização**, em que são descritos os actantes, os processos nos quais eles se encontram implicados e as finalidades que se supõe prosseguirem:

O modo de *citação narrativizada* tende a um efeito de actancialização, isto é, o locutor de origem não é mais apresentado como o locutor de um dito, mas como o agente de um fazer que seria então descrito como um fato relatado; o locutor de origem é praticamente fagocitado pela instância midiática. (CHARAUDEAU 2011, p. 172)

Segundo Susanna Priest (2011, p. 120), “a ação das mídias é participar do que constitui, desconstitui e transforma o espaço público, no quadro de contrato de informação midiática”. Toda interpelação (posicionamento) em nome de uma causa, qualquer que seja a extensão humana, implica tomar partido. O problema de tomar partido diz respeito à vulgarização do assunto tratado pelo veículo comunicacional. Neste caso faz-se presente, uma **psicologização da explicação dos fatos**, que consiste em emprestar uma intenção a instâncias coletivas ou a entidades anônimas e mesmo não humanas, ou seja, o discurso das mídias procura pôr em cena, responsáveis e mesmo eventuais culpados, segundo Charaudeau (2011, p. 186). O **amálgama** também é um efeito discursivo proveniente do duplo desejo de simplificação e de dramatização: colocam-se sob uma mesma etiqueta geral fatos particulares, ou fazem-se aproximações e estabelecem-se analogias.

As mídias convocam comentaristas da vida social que falam de maneira midiática, ou então convocam testemunhas anônimas consideradas representativas de certas categorias. É preciso que essa voz tenha (ou adquira) certa autoridade, dependendo assim de certo reconhecimento social. Isso explica o **fenômeno da “logocracia”** em que os atores do espaço público que a mídia concede a palavra não são sempre aqueles que estão implicados de modo direto nos fatos, mas aqueles *eleitos, especialistas* ou *cidadãos* capazes de ter certa visibilidade social.

Justamente por isso os meios de comunicação recorrem constantemente a entrevistas com especialistas a fim de fornecer à opinião pública um conjunto de análises objetivas, trazendo a prova de sua legitimidade pelo “saber” e pelo “saber dizer”. Além disso, buscam dar consistência aos fatos por meio da entrevista de testemunho, é um gênero que se presume confirmar a existência de fatos e despertar a emoção. As mídias não convocam um especialista qualquer, elas apelam para aqueles que são considerados como “tendo sempre alguma coisa para dizer em nome das testemunhas”. É nesse sentido que a mídia apela para **os efeitos perversos de dramatização abusivos**, em que os atores se tornam álibis de uma encenação a serviço do espetacular. Dá-se espaço para cidadãos vítimas, já que ele passa a fazer parte das intrigas do mundo social e também para o cidadão testemunha autenticar os fatos ou os comentários. Constitui-se assim da notícia um roteiro dramatizante, primeiro por mostrar a desordem social com suas vítimas e seus perseguidores, e segundo por apelar para a reparação do mal, interpelando os responsáveis por este mundo.

Por fim, podemos destacar **o efeito de inchaço**, em que se aborda um único assunto, ou um assunto igual em vários veículos da esfera comunicativa, nas diferentes mídias. A importância da questão tratada quanto sua seleção, acentua o efeito de inchaço. Há uma “concentração da atenção, por parte desses jornalistas, em certos temas em detrimento de outros, com o apagamento de atores e ações”, justamente aquilo que qualificamos em nossa análise como um **simulacro de democracia**”.

6. ANÁLISE DISCURSIVA DAS NOTÍCIAS SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS REVISTAS IMPRESSAS E SEUS RESPECTIVOS DADOS:

Foram analisadas; oito reportagens da revista *Época* (totalizando vinte páginas sobre o assunto), treze matérias presentes na revista *IstoÉ* (totalizando trinta e três páginas sobre o assunto), seis matérias da revista *Carta Capital* (totalizando quinze páginas sobre o assunto), e onze matérias da revista *Veja* (totalizando quarenta e uma páginas sobre o assunto), resultando em trinta e oito reportagens analisadas, com cento e nove páginas. O período analisado estende-se entre os anos de 2002 a 2012, no qual ocorreu as primeiras implementações das políticas afirmativas, sendo a Universidade

Estadual do Rio de Janeiro, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Estadual do Mato Grosso e a Universidade de Brasília, as percursoras deste programa. Neste mesmo período, aprovou-se o Estatuto da Igualdade Racial e acentuou-se o debate no Congresso e no Supremo Tribunal Federal sobre a veracidade dessas políticas e o governo federal programou o primeiro conjunto de ações políticas para contemplar o assunto. Todas as matérias analisadas foram publicadas dentro das revistas e disponibilizadas no site das mesmas, no roteiro de análise consta o link dessas reportagens. Não consideramos em nossa análise, os espaços midiáticos “Carta aos leitores” e nem os editoriais. Priorizamos as entrevistas, reportagens e colunas assinadas.

O maior proferimento sobre o tema das políticas afirmativas está concentrado nos anos de 2007, 2008 e 2009. Período que o partido DEM (Democratas) entra na justiça contra a legalidade das cotas, e o Congresso Brasileiro examina a existência da respectiva política. Já em 2010 acontece o primeiro julgamento dentro do Supremo Tribunal Federal dos casos envolvendo os critérios de ingresso de determinadas universidades por meio do sistema de cotas.

Segundo ainda pesquisa do GEMAA¹¹ (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), a evolução de programas de ação afirmativa em universidades públicas federais e estaduais no Brasil alcançou seu ápice no ano de 2008, com mais de dezessete universidades aderindo a essa proposta. A fim de dar concretude a essa pesquisa, analisamos as matérias da Revista Veja, principalmente aquelas mais densas e que foram publicadas em sua versão impressa, desde o ano de 2006 até o abril de 2012.

Ao realizar a busca por matérias, que tratam do tema “Cotas nas Universidades” via portal *Veja.com*, deparamos com uma série de textos curtos, advindos do “Estadão Conteúdo”, especialmente no ano de 2011, período em que o Congresso aprova o projeto das políticas afirmativas, e também muitas matérias provenientes do blog de Reinaldo Azevedo e de Augusto Nunes, entre os anos de 2009 e 2012, época em que ocorreram vários casos jurídicos envolvendo o assunto das cotas raciais. Optamos por não analisar

¹¹ FERES Júnior, João. ZONINSEIN, Jonas (Organizadores). **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2005. Disponível em: http://www.fearp.usp.br/arquivos/imprensa/livro_acaoafirmativa_universid/livro_acaoafirmativa_universid.pdf. Acessado em 21/05/2013.

essas matérias, uma vez que o modelo jornalístico dos blogs é diferente dos conteúdos disponibilizados em revistas impressas, além do mais, a vinculação de conteúdos que não são oriundos da própria equipe jornalística da revista *Veja*, também não interessava, enquanto análise discursiva, ideológica e hegemônica desse veículo comunicacional.

No entanto, é viável e extremamente importante, do ponto de vista sociológico a forte presença de matérias em blogs de colunistas das revistas, uma vez que o conteúdo é ainda mais opinativo e até mesmo apelativo para o imaginário do leitor, e por outro lado a incorporação de conteúdos originários do *Estadão* dá uma versão diferenciada ao modelo jornalístico dessa revista, pois são textos informativos/descritivos, sem imagens e curtos, o que remete ao modelo de texto presente na revista *IstoÉ*. Portanto a revista consegue ter um leque de informações que atenda vários públicos leitores, além do seu público leitor tradicional.

Como já destaca Susanna Horning Priest (2011, p. 226), “os profissionais das relações públicas parecem entender cada vez melhor que há muitos públicos, e não um ‘público’ monolítico, e que eles precisam focar suas mensagens de maneira mais adequada.”. Nesse aspecto tornou-se extremamente importante analisar as matérias contidas em outras revistas de grande circulação no país, como a revista *IstoÉ* e *Época*, e a revista *Carta Capital*, que tem conquistado cada vez mais o público universitário, mas continua desconhecida pela população brasileira e discriminada por outros veículos comunicacionais que afirmam que a mesma tem poucas tiragens.

Podemos destacar ainda a forte presença do “replay”, aproximando fatos passados e comparando-os, além de sempre introduzirem em seus textos uma abertura no formato de ataque, reforçando-o com o discurso relatado, em que se encaixa um dito num outro dito e traz assim um falso efeito de veracidade para a informação. Portanto, a revista *Veja* foi a que mais se aproximou dos modos discursivos presentes nos meios midiáticos, haja vista que as estruturas de suas matérias buscavam primeiramente relatar os fatos e as ações dos atores (reportagem sobre o julgamento das cotas dentro do Supremo Tribunal Federal), utilizando-se palavras com declarações e demais reações verbais dos atores da vida pública. Recorriam sempre a pessoas ligadas ao establishment a fim de criticá-las ou desmoralizá-las, como foi o caso da matéria sobre a Ministra Matilde Ribeiro que dizia: **“A ministra Matilde Ribeiro: ela ganha para combater o racismo, mas acha**

"natural" que negro discrimine branco." Comentavam matérias e publicações sobre o tema, citavam muitos autores das ciências humanas, especialmente Demétrio Magnoli e Yvonne Maggie, e destaque para a matéria do bloguista da revista, Reinaldo Azevedo, confrontando-se com a jornalista da Folha de São Paulo.

Igualmente as demais revistas, relatar, comentar e provocar foram os modos discursivos que deram base às matérias da *Veja*. Enquanto que a revista *IstoÉ* procurou mais relatar do que comentar, a Revista *Carta Capital* se ocupou de provocar, e a *Época* em comentar esses acontecimentos com um viés mais impessoal do que a Revista *Veja*. Por fim destaca-se a constante presença de expressões e formas simplificadoras e dramatizantes como; "racismo"; "apartheid", "discriminação".

6.1 ANÁLISE DAS MATÉRIAS:

Foram analisadas sete matérias da Revista *Capital* com um total de dezesseis páginas envolvendo o tema políticas afirmativas e cotas raciais. Dessas seis matérias, uma delas era uma entrevista com o jurista Fábio Konder Comparato. Observou-se nessas matérias o predomínio de falas e textos de cidadãos reivindicadores, como o professor Aluisio Belizário, autor de duas dessas reportagens e o outro texto da presidente da UNE, **Lúcia Stumpf, daquele período**. Além do mais, políticos a favor do establishment, principalmente Petistas são mencionados nas reportagens, juntamente com pesquisadores no âmbito acadêmico sobre o assunto, como o caso do professor João Feres Júnior da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Constatamos ainda que em todas as reportagens analisadas houve ausência de uma argumentação em forma de gangorra, apresentando em todos os textos, apenas argumentos favoráveis as políticas de cotas nas universidades. Neste aspecto observa-se ainda um grande desapontamento e uma série de julgamentos para com aqueles que discordam dessa política, há um duelo midiático com revistas como a *Época*, *Veja* e *IstoÉ* ao criticarem indiretamente frases veiculadas nesses meios de comunicação a cerca da fragilidade das políticas afirmativas.

A reportagem "*Somos racistas*" faz críticas indiretas a obra de Ali Kamel, "*Não somos racistas*", creio ainda que esse texto seja também uma resposta a essa obra, uma

vez que se intitula, “Somos racistas”, e há ainda uma série de críticas nas “entrelinhas” aos argumentos apresentados por outros atores públicos, contrário as políticas afirmativas, como a própria advogada Roberta Fragoso Kaufmann. Logo, entende-se a entrevista com Fábio Konder Comparato.

Portanto, os efeitos abusivos da máquina midiática encontram-se presentes no modelo argumentativo das matérias analisadas na *Carta Capital*, vejamos alguns textos;

“[...] o sujeito pode ser honesto, talentoso, até endinheirado, mas levará sempre um “porém” ao lado do nome. “É um sujeito inteligente, mas bicha”. Esse “porém” é uma tesoura a serviço do boicote. (...) E é desnecessário lembrar que o Brasil não vai com a cara de negros – basta ver nas filas para adoção de bebês qual o perfil buscado pelos futuros papais.”. *Carta Capital*. **Reações às cotas subestimam o racismo**. 27 de abril de 2012

Nota-se ainda a ausência de imagens na maioria das reportagens dessa revista, e uma oscilação forte entre argumentos baseados em crenças e argumentos baseados em conhecimentos científicos. Ao mesmo tempo em que são utilizadas fontes de pesquisa estatística como estudos da UERJ, e Censo Educacional de 2007, há vários apontamentos e julgamentos feitos por parte dos autores, tais como “*high society tupiniquim*”, “*nossa realidade política, cínica, nepotista e fisiológica*”.

Observamos nas matérias da revista *Época* a forte presença do “ataque” nas suas manchetes, em que se lia “Discriminação não é solução” ou “As armadilhas do racismo”, referindo-se sempre ao insucesso do processo de implementação das cotas raciais nas universidades brasileiras. Apesar do modo descritivo e narrativo das notícias, percebiam-se claramente como essas matérias buscam tornar as coisas inteligíveis, por meio de discursos de depoimento, validando as explicações causais e consequenciais, apontando sua origem; “*Por que as coisas são assim?*” e “*Para onde vão as coisas?*”, ou seja, por que a necessidade das cotas raciais e quais as consequências ruins das mesmas, é o que exatamente propõe uma das suas matérias mais densas, nomeada “*Cotas pra quê?*”, em que se insere vários discursos e descrições de acontecimentos causais referentes aos critérios de ingressos pelo sistema de cotas e que “supostamente” prejudicaram futuros bons profissionais.

No que diz respeito às matérias envolvendo o assunto das políticas afirmativas dentro da Revista *IstoÉ*, um total de treze matérias analisadas, notamos a prevalência de textos informativos e muito descritivos, com citações indiretas e diretas, no que se refere a falas de atores envolvidos com o tema e o meio universitário. É o que chamamos em nosso estudo de fenômeno da logocracia, em que as mídias convocam comentaristas da vida social que falam de maneira midiática, sejam eles testemunhas, especialistas ou cidadãos reivindicadores.

Quanto ao posicionamento da revista no que se refere aos julgamentos sobre as aprovação/reprovação das políticas de cotas, constatou-se que dessas treze matérias, duas foram contrárias e críticas às políticas de cotas, uma apresentou-se imparcial, e as outras dez foram favoráveis às mesmas. Cabe destacar também que a revista apresentou duas entrevistas com pessoas envolvidas com o tema, à primeira delas publicada no ano de 2003, é uma entrevista com o Professor de pós-graduação em educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mário Sergio Cortella, apresentando vários argumentos favoráveis a essas políticas. Período esse em que se iniciava a implementação das reservas de vagas no âmbito universitário, para alunos negros e provenientes de escolas públicas.

Anos depois, constatou-se uma série de problemas no que envolvia a eficácia dessa política, e também os critérios de classificação desses ingressantes, assim, no ano de 2009, quando a questão das cotas já havia alcançado o âmbito jurídico, a revista lança outra entrevista, com a procuradora Roberta Kaufmann, mas dessa vez com uma opinião contrária. De todas as matérias analisadas, essa é a que se mais se difere no que toca ao tipo de discurso, com efeitos mais dramatizantes, rumores e boatos, é o tipo de reportagem presente em quase todas as matérias da Revista *Veja*. Por fim, pode-se afirmar que as matérias dessa revista caracterizaram-se por linguagem discursiva mais clara e objetiva, de fácil compreensão para qualquer público escolarizado.

Com relação à análise desenvolvida nas matérias da Revista *Veja* muitos apontamentos podem ser feitos, principalmente no que diz respeito à presença maçante de todos os efeitos midiáticos, constando os mesmos em todas as matérias. Destaque para a forte presença dos efeitos perversos de dramatização abusiva e simulacro da democracia, em que a revista envolve seu discurso em julgamentos moralizantes, de

crença, e testemunhos destacando sempre o insucesso das políticas afirmativas. É como se ela recortasse todos os problemas que envolveram a efetivação dessa política, como o caso do erro quanto à classificação dos gêmeos pela Comissão da Universidade de Brasília, e priorizasse sempre essas “tragédias”.

Quadro 1 – Efeitos Midiáticos nas reportagens sobre políticas afirmativas

Tipos de efeito midiáticos	Veja (2006-2012)	Época (2007-2012)	IstoÉ (2008 -2012)	Carta Capital (2008 -2012)
Efeito de verdade	Onze vezes	Oito vezes	Treze vezes	Sete vezes
Efeito de inchaço	Onze vezes	Seis vezes	Dez vezes	Sete vezes
Efeito de actancalização	Onze vezes	Sete vezes	Doze vezes	Cinco vezes
Efeito de amálgama	Onze vezes	Sete vezes	Nove vezes	Seis vezes
Efeito interpretativo	Onze vezes	Seis vezes	Dez vezes	Cinco vezes
Efeito de rumor ou boato	Onze vezes	Cinco vezes	Quatro vezes	Duas vezes
Efeito de incorporação do enunciado	Onze vezes	Sete vezes	Doze vezes	Cinco vezes
Efeito de dramatização	Onze vezes	Cinco vezes	Oito vezes	Quatro vezes
Fenômeno da logocracia	Onze vezes	Seis vezes	Onze vezes	Seis vezes
Psicologização da explicação	Onze vezes	Cinco vezes	Oito vezes	Quatro vezes

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Assim como na revista IstoÉ, é constante a presença do efeito de fenômeno da logocracia, em que especialistas, cidadãos reivindicadores e vítimas são introduzidos aos assuntos com falas, depoimentos e apontamentos críticos sobre o assunto. O que difere esse efeito entre essas revistas é o fato de que a revista Veja se posiciona sempre com relação a essas opiniões, reafirmando-as, atingindo assim o imaginário do leitor. A revista objetiva despertar o interesse do consumidor da informação, e acima de tudo tocar a sua afetividade.

Ainda, no que se refere ao conteúdo sobre as políticas afirmativas, todas as matérias abordaram as políticas afirmativas para negros, não questionando e nem falando em momento algum sobre as políticas afirmativas para alunos oriundos de escolas públicas, e mais, recorre à genética, a biologia, e a temática do conceito de “raça” para mexer ainda mais com a percepção do leitor. Há ainda, sobre esse aspecto, muitas fotos,

totalizando mais de 36 imagens, o que não acontece nas matérias da *Carta Capital*, que mesmo sendo matérias argumentativas, com um mesmo padrão de discurso apelativo como da revista *Veja*, não usam tantas imagens. Tal fato pode ser nomeado de “fazer ver focalizando” a fim de pontuar detalhes suscetíveis e sugerir explicações; a imagem do Neguinho da Beija-Flor, dizendo que ele biologicamente é branco, europeu.

A análise de suas reportagens sobre a implantação do sistema de Cotas aponta para um discurso sempre contrário a essa política pública, visando sempre convencer o leitor da ausência de validade da mesma. Adjetivações, metáforas, dados estatísticos que apontam insucesso das cotas, em especial de outros países que tiveram essa medida educacional implementada, opinião desfavoráveis de cientistas, tanto sociais quanto geneticistas e mesmo de alunos que se consideram prejudicados meritocraticamente com a implantação do sistema de cotas, em especial o racial, são usados exaustivamente nas matérias dessas da *Veja e Época*.

Por outro lado, há uma defesa das políticas de cotas nas reportagens da revista *Carta Capital*, e na maioria das reportagens da revista *IstoÉ*, no entanto a forma como são apresentados esses argumentos se distancia, no que diz respeito ao conteúdo, e se aproximam no viés político, entre essas duas revistas. A *IstoÉ* produz textos mais voltados a descrição dos dados e entrevistas com os atores envolvidos com as políticas ou mesmo especialistas sobre o tema, seja no universo acadêmico, seja pessoas ligadas ao governo federal (o que aproxima as suas notícias do modelo informativo da *Época*), enquanto que a *Carta Capital* utiliza um texto mais formal e argumentativo, marcado por opiniões pessoais do redator (o que aproxima dos efeitos de perversos de dramatização contido na revista *Veja*).

Quadro 2 – Efeitos Midiáticos nas reportagens sobre políticas afirmativas, na Revista *Veja* (2006 - 2012)

Tipo de Texto	Revista <i>Carta Capital</i>	Revista <i>Época</i>	Revista <i>Istoé</i>	Revista <i>Veja</i>
Argumentativo	6	3	3	7
Informativo descritivo	0	5	8	4
Entrevista	1	0	2	0
Total	7	8	13	11

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Assim, a revista *Carta Capital* adquire um viés político e social favorável a cotas raciais (o que não acontece em algumas notícias da *IstoÉ*, que defende apenas as cotas sociais), se opondo e respondendo as matérias e artigos científicos publicados sobre o tema, em outros meios de comunicação impresso (como a *Veja*).

Nesse sentido as arenas de discussões públicas se polarizam; a) primeiro entre os indivíduos que são contra essa medida, grande parte deles componentes da classe média tradicional, filhos de profissionais liberais, público leitor e consumidor midiático da editora Abril e Globo; b) segundo referente ao público favorável a essa política educacional, especialmente aqueles que compõem a nova classe média brasileira (perfil dos assinantes da *IstoÉ*) e no que diz respeito aos próprios assinantes da revista *Carta Capital* (geralmente pessoas ligados aos meio acadêmico, professores, estudantes universitários, entre outros).

O interessante é que a mídia age em nome da luta contra a opacidade, mas ela mesma legitima a opacidade, nesse jogo de efeitos de verdade que acabam em uma relação de esconde - esconde. Notamos que, no caso de nossa pesquisa, as matérias da Revista *Veja* referente às políticas afirmativas, foram apresentadas por meio de contextos que desaprovam essa medida educacional, em sua maioria com a presença marcante de cidadãos vítimas, especialistas que testemunhavam a ineficácia dessa política, além de uma série de palavras que constituíam um discurso de desapontamento, ancorado em julgamentos morais e de crença para com os políticos a favor do *establishment* (principalmente ministros do governo).

Quadro 3 – Posicionamento das matérias com relação à implementação das políticas afirmativas

Valência do Noticiário	Revista <i>Carta Capital</i>	Revista <i>Época</i>	Revista <i>IstoÉ</i>	Revista <i>Veja</i>
Favorável as políticas afirmativas para negros	7	1	10	0
Contrário as políticas afirmativas	0	6	2	11
Imparcial	0	1	1	0
Total	7	8	13	11

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

A fim de tornar essa política educacional espetacularmente dramática, a revista recorre assim a fusões de “verdades de opinião” (fica evidente a qualidade de efeitos de incorporação de enunciado, de amálgama e do fenômeno da logocracia) e as verdades de emoção (principalmente jogo de imagens e efeitos de rumor e boato).

Quadro 4 – Tipos de argumentação nas reportagens sobre políticas afirmativas, nas Revistas:

	Revista <i>Carta Capital</i>	Revista <i>Época</i>	Revista <i>IstoÉ</i>	Revista <i>Veja</i>
Ausência de uma argumentação em forma de gangorra	Todas	Seis matérias	Nove matérias	Todas
Presença de uma argumentação em forma de gangorra.	Nenhuma	Uma matéria	Quatro matérias	Nenhuma
Argumentação baseada no engajamento moral	Cinco matérias	Sete matérias	Doze	Todas
Argumentação baseada no distanciamento moral.	Duas matérias	Uma matéria	Uma matéria	Nenhuma
Argumentos baseados em crenças	Cinco matérias	Sete matérias	Doze matérias	Todas
Argumentos baseados em conhecimentos científicos.	Duas matérias	Seis matérias	Oito matérias	Quatro matérias

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Observamos, na análise das reportagens das revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital* que as políticas afirmativas, em especial as raciais, implementadas pelo governo federal nos últimos anos, tem sido tema de debates que questionam, principalmente, sua legitimidade e sua constitucionalidade. Esse debate tem se dado principalmente nas instâncias midiáticas, haja vista o número significativo de matérias envolvendo a questão das cotas. Nas análises das matérias notamos que se formam arenas argumentativas polarizadas, não há um meio termo, ou seja, imparcialidade por parte das revistas impressas. São inúmeras às vezes que as matérias das revistas analisadas, especialmente a *Veja* e a *Época*, escrevem inserindo a opinião de alguém, em especial de cientista, construindo assim uma opacidade, já que os jornalistas acham que deixam de participar da notícia e deixam os “fatos” falar.

7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS:

A parte final desse trabalho consiste em apresentar e analisar a opinião de dezesseis pessoas no que se refere às políticas afirmativas. Entrevistamos justamente os indivíduos leitores assíduos ou assinantes de uma das quatro revistas que compõem nosso estudo. Durante o período de novembro (2011) a maio (2012) é que foram coletados os dados dessas entrevistas. O objetivo dessa pesquisa era procurar junto a esses indivíduos suas formulações acerca das políticas afirmativas e a maneira pela qual articulam suas opiniões sobre esse assunto. A fim de dar consistência a pesquisa construímos um roteiro a fim de ser aplicado durante as entrevistas, baseado no trabalho de doutorado de Alessandra Aldé (2001) “*A construção da política: Cidadão comum, mídia e atitude política*”, para entender melhor o perfil desses leitores.

Dessa forma, dividiu-se a entrevista em três momentos no que diz respeito aos *habitus* desse público, tanto político como midiático. Em seguida quanto à posição favorável/desfavorável desses leitores às políticas afirmativas, e por fim suas opiniões após a leitura de algumas matérias dessas revistas. Aldé diz que há uma centralidade da mídia na construção das atitudes políticas do cidadão comum, que ficam explícitas em seu discurso e na interpretação que oferece para o mundo político. No entanto, a autora lembra que as diferentes situações de comunicação em que encontramos os sujeitos modificam o valor atribuído a sua própria inserção na reprodução e propagação das opiniões e explicações políticas (ALDÉ, 2001, p. 114). Na parte final das entrevistas foram lidas quatro notícias, uma de cada veículo analisado, as quais trabalhavam com **efeitos de dramatização abusiva** acerca das políticas afirmativas. A fim de verificar a reação desse leitor sobre esses noticiários, pedia-se ao mesmo que comentasse cada uma das notícias. Vale ressaltar que não mencionei a qual revista pertencia cada matéria lida. A novidade dessa parte da entrevista é que muitos leitores conseguiram identificar o conteúdo da sua revista. E aqueles que não identificavam, convergiam para uma opinião de aprovação justamente da notícia veiculada pela revista que assinava.

Os leitores da revista *Veja*, que foram entrevistados, destacaram que gostam de ler as páginas amarelas da revista, usualmente aquelas que contêm uma entrevista com pessoas famosas e bem sucedidas. Esses mesmos leitores são críticos ou apáticos ao atual governo e não se interessam tanto por política. É também os mais velhos em termos de

idade e de menor escolarização, ensino médio ou apenas superior, sem pós-graduação. Esses mesmos leitores têm o hábito de ler jornais, sejam eles locais e de assistirem TV, especialmente o Jornal Hoje e Jornal Nacional da TV Globo. A., espírita, aposentado, morador do Centro de Juiz de Fora, acompanha muito as notícias via televisão e no decorrer da entrevista sempre faz fortes críticas aos PT: “*Partido que pregava tanta moralidade, de repente ele querendo até recear o direito da imprensa. Pensa bem, é uma coisa, assim, até... coisa do tempo da ditadura, do tempo do AI5. Num conseguiram, mas até quando?*”

Muitas revelações vieram dessas entrevistas; o primeiro entrevistado havia assinado *IstoÉ* por um ano, numa promoção que adquiria o jornal *Estado de Minas*. No período da entrevista havia migrado para a revista *Época*, uma vez que a mesma ofereceu uma promoção mais interessante em que ele "ganharia" a revista *Globo Rural*, já que seus pais possuíam uma fazenda em uma cidade vizinha a Juiz de Fora. E sua esposa, formada em Letras, assinava a revista *Escola*, da editora Abril. No momento da entrevista, ele, médico, não morava mais na cidade e sim no estado do Rio de Janeiro, em Angra dos Reis. Chamou-me atenção a seguinte frase do mesmo, ao longo da entrevista: “*Quem precisa de governo para viver? Quem tem terceiro grau, um bom emprego, estabilidade não precisa de governo*”.

Afirmações críticas aos meios de comunicação foram constantes nas falas dos leitores da *Carta Capital*: “*as publicações brasileiras apuram muito mal as matérias.*” “*Haver mais responsabilidade na apuração*”. Critica a ausência de provas das investigações jornalísticas no que diz respeito aos escândalos políticos. Constatamos ainda que existe uma simpatia muito forte entre os leitores da *Carta Capital* com as políticas petistas ou de esquerda, o diretor da faculdade de Engenharia da UFJF era inclusive forte simpatizante do PSOL, e uma crítica muito forte às políticas do governo por parte de leitores da *Veja* (a professora de Letras e senhor aposentado com ensino médio, por exemplo).

Havia nesse circuito ex-leitores da revista *Veja*, principalmente no período da década de 90, que acabaram migrando para as revistas *Época* ou *IstoÉ* e haviam leitores que nunca tinham ouvido falar da existência da revista *Carta Capital*. Dentre esses, podemos citar aqueles com menor escolaridade (segundo grau ou curso técnico), mais

distantes do ambiente acadêmico. Houve também um comportamento comum entre eles, com exceção da médica e mestranda em Saúde Pública na UFJF; todos já assinaram ou tinham contato mensal com o jornal *Folha de São Paulo*. Há também um contato muito forte desses entrevistados com o portal G1 ou com o *Jornal Nacional*, o que demonstra a supremacia das Corporações Globo no controle e divulgação das informações no país. Quase todos os assinantes tinham TV por assinatura. Logo se compreende a importância dos meios de comunicação, e especialmente a televisão, como quadros de referência dos mais relevantes no fornecimento de explicações para a política.

As opiniões da médica, outra entrevistada, foram muito interessantes, ao contrário do que eu vinha observando no aspecto político uma dualidade entre simpatias por PT e PSDB, ela afirmou ter sido filiada e militante por anos do PSB (Partido Socialista Brasileiro). Com TV por assinatura, assiste principalmente *Discovery Channel*, é também assinante do jornal local *Tribuna de Minas*, e lê o blog *Conversa Afiada do Paulo Henrique Amorim*. Também foi estudante de escola pública, e por sinal não era uma escola tão boa quanto às demais de Juiz de Fora. Foi a única que disse que não gostava nem um pouco do jornal *Folha de São Paulo*.

A exceção dos leitores e assinantes da revista *Carta Capital*, os demais entrevistados foram contrários às políticas afirmativas para negros. A professora da Estácio de Sá, coordenadora de projetos do CAEd¹², por exemplo, disse que antes de ler uma matéria da revista *Carta Capital* que apontava dados das políticas afirmativas e descortinava uma série de mitos sobre a mesma, era contrária as cotas para negros, após ler essa matéria, mudou de opinião e considerou válida essa medida. Por outro lado, ela faz uma análise sobre os critérios das cotas para alunos de escolas públicas, afirmando achar injustos os critérios estabelecidos, haja vista que há Índices de Desenvolvimento Educacional e resultados de desempenho diferentes para cada escola.

Há uma crença de que os alunos advindos de escola pública podem piorar a qualidade do ensino universitário por parte de alguns entrevistados, especialmente entre os leitores da revista *Veja* e *Época*. É o caso da pedagoga e professora municipal M.J., leitora e assinante da *Época*, ex- leitora da *Veja*, afirmou que não assinou a *Veja* porque ela era mais cara e não era boa com brindes. Geralmente os assinantes da *Época* são

¹² Centro de Avaliação das Políticas Públicas e da Educação.

contemplados com brindes, tais como livros ou coleção de livros. Acompanha sempre as matérias da revista e chega sugerir leituras de parte da mesma aos filhos. Os trechos abaixo retratam a percepção que ela tem quanto às políticas afirmativas.

Muitos dos entrevistados citavam experiências já ocorridas com eles, com parentes e até amigos a fim de justificar a validade da sua opinião. O médico assinante de *Época*, citou o exemplo do cunhado que estudava em escola pública no Rio de Janeiro e quase sempre não tinha aula direito, a médica leitora de *Carta Capital* e assinante de *IstoÉ* citou o fato dela e do irmão serem provenientes de escola pública e terem ingressado na universidade sem ajuda de qualquer cota, como ela mesmo afirma “por mérito próprio”. A mestranda em Linguística apoiava nas leituras que fazia em blogs, jornais e até na sua experiência como estagiária. O senhor aposentado, 65 anos, com curso técnico, assinante de *Veja*, apoiou seus argumentos no exemplo de seu filho, muito estudioso, e que tinha ingressado em Engenharia sem qualquer benefício do governo. A professora da PUC-MG, assinante de *IstoÉ* e leitora da *Carta Capital*, na sua experiência nas favelas de Belo Horizonte, quando ainda era professora do Ensino Básico, disse que viu muitos talentos desperdiçados por não haverem oportunidades para eles e que as cotas, tanto para escola pública quanto para negro, iriam possibilitar a essas pessoas uma oportunidade que até então não existia. Portanto, como já destacava Aldé (2001, p. 29) “é através de narrativas que as pessoas alimentam suas interpretações do mundo, e é também na construção discursiva que as expressam, procurando apresentá-las como plausíveis e coerentes, enfim, como alternativas políticas válidas.”.

É interessante destacar a transição entre os assinantes e suas respectivas revistas. M. J., a pedagoga e professora da educação básica, disse que assinou *Veja* há alguns anos, e que estava com assinatura da *Época*, pois o irmão dela havia lhe presenteado. A jovem estudante de estatística, também assinante da *Época*, disse que adquiriu a revista por meio de uma promoção que a irmã tinha participado e sido contemplada com a assinatura. O médico afirmou que estava assinando a *Época* porque havia ganhado a revista durante a assinatura da revista *Globo Rural*, que era da mesma editora. Os demais assinantes da *Época* ou da *IstoÉ*, afirmavam ter optado por essas revistas ao invés da *Veja* por serem as matérias menos densas e sensacionalistas. Acredito que, além disso, essas revistas oferecem um leque de matérias alternativas aos temas de política e

economia, assuntos como curiosidades, saúde, ciência e tecnologia ganham cada vez mais espaço em suas páginas, e isso com certeza chama a atenção do leitor.

Considero, com base nas entrevistas realizadas, que a opinião de cada entrevistado varia de acordo com uma série de fatores, desde o ambiente familiar, passando pelo local de trabalho, até sua formação educacional, mas há também a influência das leituras midiáticas nas afirmações desses leitores. Ligação com partidos políticos, engajamento cívico, as leituras das sessões da revista, os tipos de noticiários que essas pessoas se interessam, a própria profissão. Verifiquei que nenhum deles se associaram a qualquer entidade cívica, a não ser aqueles associados ao sindicato da própria profissão, pois hoje é exigido um vínculo com o mesmo, inclusive para facilitar o processo de aposentadoria.

Há um consenso na opinião dos entrevistados de que é preciso reformar o ensino público do país, e, feito isso não haveria necessidade do sistema de cotas. Por parte dos leitores que não eram assinantes da *Carta Capital*, as opiniões convergem para a não aprovação de um sistema de cotas raciais. É preferível cotas sociais, para alunos de escolas públicas e de baixa renda.

Também ocorre entre os assinantes da revista *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital* uma forte simpatia pelo atual governo petista, principalmente os leitores e assinantes da *Carta Capital*. Por aqueles que simpatizam com as políticas petistas e mesmo com o Lula, percebemos um discurso de que o Estado é um benfeitor e responsável pela solução das mazelas sociais (caso da mestrandia em Letras ao falar dos programas petistas ou do médico ao afirmar que quem precisa de governo são os pobres). Por outro lado, há aqueles que priorizam a conscientização da população, afirmando que é preciso haver uma responsabilização da sociedade como todo, assim como dos governantes na criação e execução democrática, como destaca a médica e o jovem senhor. É importante também ressaltar que, ao longo dos depoimentos, não houve nenhum entrevistado que não tivesse críticas, em alguma medida, em relação à condução das políticas públicas relativas à saúde e educação no país, ao comportamento dos políticos e outros temas da pauta pública, como o caso do Mensalão e do livro “*Privataria Tucana*”.

No geral, todos esses entrevistados são grandes consumidores de informação, tem acesso a uma série de veículos midiáticos, conseqüentemente são cidadãos comuns que

se veem divididos entre uma “elite cognitiva, que se julga habilitada para avaliar e avaliar escolhas políticas, e uma massa ignorante, da qual poucos admitem fazer parte, e que é vista como o maior empecilho para o bom funcionamento das instituições políticas”. (ALDÉ, 2001, p. 50)

CONCLUSÃO

Notamos que como que na prática política, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas em que existem tais relações. Já como prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e também transforma os significados de mundo nas mais diversas posições das relações de poder e o leitor dispõe de uma representação parcial e enviesada dessa medida, por parte da mídia impressa. Portanto, nos resta tentar identificar essas distorções e vieses, e mesmo o abismo entre a realidade das políticas e o “mito” que tem sido construído pela mídia sobre a implantação e desempenho da mesma, a fim de contribuir para um debate público mais democrático sobre o tema.

Por fim, seguindo a estrutura apresentada por Aldé (2001, p. 52); podemos fazer as seguintes definições; a) Uma **atitude forte e positiva** identifica o que poderíamos chamar de cidadãos integrados (leitores e assinantes da *Carta Capital e IstoÉ*); b) O mundo público, ações de políticos e explicações recorrentes sobre o tema são salientes em seu discurso espontâneo e nas conversas cotidianas, mas sua **atitude é de ceticismo**, em relação às possibilidades da política. (assinantes da revista *Época*); c) **Majoritariamente desinteressado**; a política ocupa um lugar marginal entre suas preocupações cotidianas (leitores de *Veja*), preocupam-se mais com a carreira, o trabalho e o ambiente familiar em si.

Ao longo desta pesquisa, dos estudos bibliográficos e dos levantamentos de dados somado com as conversas e orientações realizadas pelo professor Eduardo Magrone, pude concluir que os jornalistas se instituem como transmissores de conhecimentos, mas, sobretudo como orientadores acerca de padrões de comportamento e padrões políticos, nos termos de Bourdieu (1997) o campo político e o campo jornalístico tem algo de comum; o fato de estarem sob influência (direta) da sanção do mercado e do público.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor (2007), **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo, Paz e Terra

ALDÉ, Alessandra. “**A construção da política**”: **Cidadão comum, mídia e atitude política**. Rio de Janeiro, 2001. Tese de doutorado. Disponível em: <http://doxa.iesp.uerj.br/teses.htm> Acessado em 08/05/2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BAUER, M., GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. **Petrópolis**, Vozes: 2002.

BOTELHO, Juliana S., MAIA, Rousileu C.M., MUNDIM, Pedro S. **O debate em torno das cotas nas universidades públicas brasileiras de 2001 a 2009: uma análise preliminar**. Revista Compólitica, n. 2, vol. 1, Ed. Set-out, ano 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero. 1983

CERVI, Emerson. **Opinião pública e comportamento político**. Paraná: Editora IBPEX, 2010.

CHARAUDEUAU. Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEUAU. Patrick. **Linguagem e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2009.

FAIRCLOUGH, N. **The discourse of new labour: Critical Discourse Analysis**. In: M. WETHERELL, S. TAYLOR & S. J. Yates (eds.) *Discourse as data: a guide for analysis*. London: Sage, 2001, p. 229-266.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Veronica Toste. **Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d'O Globo**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 2, p. 61-83

FILHO, Clóvis de B; MARTINO, Luis M. **O habitus da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

GOMES, Mayra Rodrigues (2003). **Poder no Jornalismo**. São Paulo, Edusp & Hacker editores.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2007

GOMES, Wilson; MAIA Rousiley C.M. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Paulus, 2005.

GOULART, Alexander . **Uma lupa sobre o jornalismo de revista**. Observatório da Imprensa, 04/07/2006, edição 388. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/uma-lupa-sobre-o-jornalismo-derevista>. Acessado em 20/08/2016

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria Política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LUNHAMN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MAIA, Rousiley C. M. (Org.) ; CASTRO, Maria Céres P. S. (Org.) . **Mídia, Esfera Pública e Identidade Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MASCIA, Maria A. Amador. **Investigações Discursivas na pós-modernidade**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. São Paulo: Hacker editores, 1999

PRIEST, Susanna Hornig. **Pesquisa de Mídia**. Porto Alegre: Penso, 2011.

RICCI, Rudá. **Lulismo: da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2010

SANTOS, Ana Elisa de Carli dos. **Percepções e representações da mídia impressa quanto ao debate da ação afirmativa e das cotas para a população negra no Brasil**. Anais do II Seminário Nacional. **Movimentos Sociais, Participação e Democracia** 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil

THOMPSON, John B. O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2005.